



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº: 34/2026 – SEMED

1.0. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto deste certame a contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA, conforme Termo de Compromisso nº 202002960-1, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e demais elementos constantes do Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária atualizada e documentos anexos a este instrumento.

1.2. Os serviços compreendidos nesta contratação enquadram-se como Obra Comum de Engenharia, nos termos do inciso XII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, combinado com o inciso XXI, alínea “a”, do mesmo artigo, por se tratar de objeto cuja execução é padronizável em desempenho, qualidade e metodologia, utilizando técnicas e soluções usuais de construção civil, conclusão de edificação escolar e instalações prediais amplamente dominadas pelo mercado de engenharia.

1.3. Por se tratar de objeto certo e determinado, consistente na execução integral de obra de engenharia com entrega final definida, o prazo de execução será de 6 (seis) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período inicialmente pactuado, ressalvadas as providências cabíveis nos casos de culpa da contratada, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato deverá ser precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa técnica e autorização da autoridade competente, devendo todos os atos ser formalmente registrados nos autos do processo administrativo.

1.6. Concluídos os serviços contratados em sua totalidade, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o qual será devidamente juntado ao processo, caracterizando o encerramento da vigência contratual.

2.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos necessários para execução dos serviços remanescentes, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar que integra este Termo de Referência. O ETP apresenta de forma clara e contextualizada as condições que justificam a demanda, o distrato amigável do contrato anterior, o percentual executado aproveitável de 36,05% registrado no SIMEC, os elementos técnicos utilizados na mensuração das quantidades e os critérios adotados para estimar os serviços a serem contratados, considerando as especificidades da obra de conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA.

2.2. O Município de Vitorino Freire/MA ainda não adotou o Plano de Contratações Anual, conforme registrado no DFD nº 34/2026, razão pela qual a presente contratação segue diretamente fundamentada na necessidade pública identificada e formalizada no Processo Administrativo nº 34/2026, observando os princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente diante



da relevância da conclusão da infraestrutura educacional, da preservação dos serviços já executados, da ampliação da oferta de vagas na educação infantil e da correta aplicação dos recursos vinculados ao Termo de Compromisso nº 202002960-1.

3.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.1. Visão geral da solução

A solução escolhida consiste na execução de obra pública de engenharia destinada à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA, conforme objeto vinculado ao Termo de Compromisso nº 202002960-1. A intervenção deverá ser executada de forma integrada, com observância do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, do Caderno de Especificações Técnicas, da Memória de Cálculo, da Planilha Orçamentária, do Cronograma Físico-Financeiro, das composições de preços unitários e demais documentos técnicos anexos ao processo.

A descrição da solução não tem por finalidade reproduzir integralmente cada item da planilha, cada composição ou cada detalhe executivo do projeto, uma vez que tais informações constarão dos documentos técnicos anexos e devem prevalecer para fins de orçamento, medição, execução, fiscalização e prestação de contas. O objetivo deste item é apresentar, de forma sistêmica, a solução como um todo, demonstrando a coerência entre a necessidade pública diagnosticada, a natureza de obra remanescente, o escopo técnico aprovado, a forma de execução e os mecanismos de controle da entrega.

Por se tratar de conclusão de obra pública já iniciada, a solução deve ser compreendida como execução de serviços remanescentes, recuperação de eventuais elementos deteriorados, compatibilização técnica e entrega final da unidade educacional, e não como nova concepção arquitetônica ou adoção de metodologia construtiva diversa. Assim, a execução deverá preservar, sempre que tecnicamente possível, os serviços aproveitáveis, os sistemas já executados, o projeto padrão FNDE e as condições técnicas existentes, substituindo ou recompondo apenas os elementos inadequados, deteriorados, inseguros ou incompatíveis com o projeto aprovado e com as normas técnicas vigentes.

A obra busca estabelecer condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade, salubridade, funcionalidade, conforto ambiental e durabilidade, corrigindo a paralisação do empreendimento, preservando o investimento público já realizado e permitindo a entrega da unidade educacional em condições plenas de funcionamento. A solução contempla administração local, serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, serviços complementares, limpeza final, documentação técnica e entrega do objeto em condições de uso.

A intervenção deverá observar execução coordenada, responsabilidade técnica, controle de qualidade, diário de obra, medições por serviços efetivamente executados, registros fotográficos, relatórios de acompanhamento, destinação adequada de resíduos e demais instrumentos necessários à rastreabilidade da execução, especialmente porque se trata de obra financiada com recursos vinculados a instrumento de repasse federal, cuja regularidade exige correspondência objetiva entre projeto aprovado, execução física, medição, pagamento e prestação de contas.

A solução deverá ser executada com observância dos riscos inerentes à contratação, especialmente aqueles relacionados à execução física, à qualidade dos serviços remanescentes, ao cumprimento de



prazos, à medição, à segurança da edificação, à compatibilização com o que já foi executado e à prestação de contas, os quais encontram-se disciplinados neste Termo de Referência.

3.2. Documentos técnicos que integram a solução

A execução deverá ser orientada pelo conjunto de peças técnicas anexas ao processo administrativo, que detalham as condições de execução, os quantitativos, os custos, os critérios de medição, o cronograma e os parâmetros técnicos mínimos a serem observados. Em caso de necessidade de maior detalhamento, deverão ser consultados diretamente os anexos técnicos, especialmente aqueles listados no quadro a seguir:

Documento de referência	Função na solução	Utilização prática
Projeto Básico e plantas	Definem a concepção técnica, arquitetônica, estrutural e complementar da edificação escolar.	Orientam a execução das frentes de serviço, a localização dos ambientes, os sistemas construtivos, as instalações, os acabamentos, as áreas externas e a compatibilização entre serviços já executados e remanescentes.
Memorial Descritivo e Caderno de Especificações Técnicas	Estabelecem condições de execução, materiais, parâmetros de qualidade e critérios técnicos.	Servem de referência para fiscalização, controle de qualidade, aceitação dos serviços e correção de inconformidades.
Memória de Cálculo	Demonstra a origem dos quantitativos estimados.	Permite rastrear medições, conferir áreas, volumes, unidades e extensões efetivamente executadas.
Planilha Orçamentária e composições	Detalham itens, unidades, quantitativos, preços unitários, BDI, encargos sociais e custo estimado.	Servem de base para julgamento, contratação, medição, pagamento e prestação de contas.
Cronograma físico-financeiro	Organiza a sequência temporal das etapas da obra.	Permite controlar avanço físico, desembolso, prazos, atrasos e compatibilidade com o Termo de Compromisso e o cronograma aprovado.
Termo de Compromisso nº 202002960-1	Vincula a finalidade, o objeto, o plano de trabalho e as regras de aplicação dos recursos.	Orienta a regularidade da execução, a documentação comprobatória e a prestação de contas ao FNDE e/ou órgão responsável pelo acompanhamento.

3.3. Natureza da intervenção e adequação ao objeto

A solução é caracterizada como obra de engenharia voltada à conclusão de edificação escolar padrão FNDE já iniciada e parcialmente executada. A execução não deverá buscar metodologias construtivas experimentais ou soluções desvinculadas do padrão previsto no projeto, mas sim técnicas usuais e consolidadas de construção civil, instalações prediais, acabamentos e serviços complementares, compatíveis com o projeto aprovado, com os materiais especificados e com as condições reais da obra remanescente.

A Creche Pré-Escola Tipo 1, localizada no Bairro Oseas Castro, deverá receber as intervenções previstas nas peças técnicas, inclusive quanto à conclusão de sistemas construtivos, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, acessibilidade, áreas externas, limpeza final e demais componentes necessários à entrega funcional da unidade educacional.

Na unidade educacional, a solução deverá assegurar unidade técnica e funcional da obra. A execução fragmentada ou desconectada das frentes de serviço pode gerar incompatibilidades entre estrutura, vedações, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, instalações prediais, acessibilidade, segurança, áreas externas e acabamento final, motivo pelo qual as etapas deverão ser planejadas e executadas de forma coordenada, ainda que medidas e fiscalizadas por itens de planilha.

3.4. Estrutura geral da obra



A obra deverá ser organizada em frentes de serviço interdependentes, cada uma com finalidade técnica própria, mas vinculada à entrega final da unidade educacional em condições adequadas de uso. A estrutura abaixo sintetiza a solução, sem prejuízo do detalhamento específico constante do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, da Memória de Cálculo e da Planilha Orçamentária.

Frente de serviço	Escopo principal	Finalidade técnica	Documentos de referência	Controle mínimo
I - Planejamento, mobilização e canteiro	Administração local, mobilização, instalações provisórias, placa de obra, sinalização e isolamento das frentes de serviço.	Preparar a execução, proteger trabalhadores, preservar serviços já executados e organizar as condições de reinício da obra.	Caderno Técnico/Memorial Descritivo, orçamento, cronograma e normas de segurança.	Diário de obra, registros fotográficos, conferência de canteiro e aprovação da fiscalização.
II - Serviços preliminares, diagnóstico e compatibilização	Vistoria inicial, limpeza, proteção de áreas, conferência dos elementos já executados, recomposição de pendências e preparação das frentes remanescentes.	Compatibilizar a execução remanescente com o percentual já executado, evitando retrabalho e preservando os elementos aproveitáveis.	Projeto, memorial, memória de cálculo, planilha e caderno de especificações.	Medição por m ² , m ³ , unidade ou item de planilha, com registro antes, durante e depois.
III - Estrutura, vedações, cobertura e esquadrias	Execução ou complementação de fundações e superestrutura remanescentes, vedações, cobertura, esquadrias e elementos construtivos previstos.	Garantir estabilidade, fechamento, proteção da edificação e compatibilidade com o projeto padrão FNDE.	Projeto arquitetônico, estrutural, memória de cálculo, especificações, orçamento e normas técnicas aplicáveis.	Verificação de dimensões, materiais, fixação, acabamento, regularidade, segurança e aceite da fiscalização.
IV - Revestimentos, pisos, pinturas e áreas externas	Revestimentos, forros, pisos internos e externos, pinturas, calçadas, rampas, acessibilidade, recomposição de áreas afetadas e acabamentos.	Assegurar acabamento, salubridade, acessibilidade, conforto, durabilidade e uso educacional da unidade.	Projeto, planilha, composições, normas de acessibilidade, segurança e acabamento.	Conferência de áreas, espessuras, prumos, níveis, alinhamentos, materiais e aceite da fiscalização.
V - Instalações prediais e sistemas complementares	Instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão e demais sistemas.	Assegurar funcionamento seguro, regular e integrado dos sistemas indispensáveis à operação da creche.	Projetos complementares, memoriais, caderno técnico e orçamento.	Testes, registros, conferência de funcionamento, documentação técnica e compatibilidade com o projeto.
VI - Acabamentos, limpeza e entrega	Acabamentos finais, limpeza da obra, remoção de resíduos, desmobilização, documentação final, correção de pendências e recebimento.	Entregar o objeto limpo, funcional, seguro e apto à utilização pela comunidade escolar.	Caderno técnico, cronograma, termos de recebimento e contrato.	Checklist final, registros fotográficos, relatórios, termo de recebimento provisório e definitivo.

3.5. Planejamento, mobilização, canteiro e serviços preliminares

A etapa inicial deverá abranger a mobilização de equipe, ferramentas, máquinas, equipamentos de construção civil, instalações provisórias, placa de obra, sinalização de obra, isolamento das frentes de serviço e demais providências necessárias para início seguro da execução. A organização do canteiro e das frentes de trabalho deverá observar as condições locais da edificação parcialmente executada, a proteção dos serviços aproveitáveis, o acesso de veículos e trabalhadores e a necessidade de reduzir riscos à população do entorno.

A administração da obra deverá assegurar planejamento executivo, acompanhamento do cronograma, controle de documentos, reuniões de alinhamento, registros de ocorrências, supervisão das equipes e verificação permanente das condições de segurança, qualidade, meio ambiente e controle técnico dos serviços remanescentes.



Os detalhes relativos à placa de obra, sinalização provisória, instalações provisórias, mobilização, desmobilização, equipamentos, administração local e organização das frentes de serviço deverão observar integralmente o Memorial Descritivo, o Caderno de Especificações Técnicas, a Planilha Orçamentária e as orientações da fiscalização, especialmente porque tais itens também integram a rastreabilidade necessária à comprovação da execução perante o FNDE e/ou órgão responsável pelo acompanhamento.

A execução deverá observar rigorosamente a distribuição físico-financeira prevista no cronograma aprovado, sendo vedada a postergação injustificada de etapas ou a concentração indevida de serviços em períodos distintos dos planejados.

A execução da obra deverá ocorrer sob responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado, com registro ativo no CREA/CAU e emissão da respectiva ART/RRT antes do início dos serviços.

3.6. Serviços preliminares, diagnóstico, compatibilização e preparação das frentes remanescentes

Por se tratar de conclusão de edificação escolar já iniciada, a solução deverá iniciar as frentes físicas mediante diagnóstico do canteiro, limpeza, proteção dos elementos executados, conferência do percentual aproveitável, recomposição de pendências e preparação das frentes remanescentes, preservando os elementos aproveitáveis e evitando demolições, retrabalhos ou substituições desnecessárias, sem prejuízo da segurança, da estabilidade e da qualidade da obra.

Os serviços preliminares e de preparação incluem, conforme previsto nas peças técnicas, vistoria inicial, limpeza, proteção de áreas, conferência de elementos já executados, adequação de frentes de serviço, recomposição de pendências, preparação para execução dos sistemas construtivos remanescentes e demais providências necessárias à conclusão da unidade educacional.

Antes da execução das etapas definitivas, deverão ser verificadas interferências com redes existentes, acessos, imóveis confrontantes, pontos de drenagem pluvial, áreas de circulação, condições de segurança do canteiro, elementos já executados e demais componentes da edificação. Qualquer incompatibilidade identificada deverá ser registrada e submetida à fiscalização, evitando retrabalho, glosa, atraso ou execução em desacordo com o projeto.

3.7. Sistemas construtivos, instalações prediais, acessibilidade e sinalização de segurança

A execução dos serviços remanescentes constitui a frente central da solução, pois a paralisação do empreendimento e a existência de serviços parcialmente executados afetam diretamente a segurança, a acessibilidade, a funcionalidade e a entrega da unidade educacional. A execução deverá abranger serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, serviços complementares, sinalização e demais componentes previstos no projeto.

Os serviços deverão ser executados de modo a garantir acabamento uniforme, resistência compatível com o uso educacional, correção de desníveis, estabilidade, acessibilidade, salubridade, segurança e integração entre os sistemas da edificação. A drenagem pluvial e as instalações prediais deverão ser tratadas como elementos funcionais da obra, evitando infiltrações, empoçamentos, falhas de funcionamento, deterioração precoce da edificação e riscos aos usuários.



As áreas de circulação, acessos, dispositivos de segurança, rotas acessíveis, sinalização e demais elementos de uso coletivo deverão observar as normas técnicas aplicáveis, cabendo à fiscalização verificar a compatibilidade entre o executado, o projeto e as condições finais de uso por crianças, profissionais da educação, servidores, responsáveis, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e demais usuários autorizados.

3.8. Instalações prediais, sistemas de segurança, acessibilidade e elementos complementares da edificação

A solução compreende a execução, recuperação ou adequação dos componentes previstos nas peças técnicas, incluindo instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, acessibilidade, sinalização, áreas externas e demais elementos necessários ao funcionamento seguro da unidade educacional. O detalhamento quantitativo e a especificação dos itens encontram-se nos anexos técnicos e deverão orientar a execução e a medição.

A sinalização, os dispositivos de segurança e os sistemas prediais deverão contribuir para a segurança dos usuários, a organização das rotas de circulação e a adequada utilização dos ambientes concluídos e áreas externas, devendo ser executados em conformidade com o projeto e com as normas técnicas aplicáveis. A contratada deverá assegurar instalação adequada, acabamento, durabilidade e compatibilidade com o uso público.

As instalações prediais, os dispositivos de drenagem pluvial e os sistemas complementares deverão atender às necessidades de funcionamento da unidade, proteção da edificação, conservação das áreas adjacentes e segurança dos usuários, observando alinhamento, declividade, fixação, materiais adequados, testes e funcionalidade. Ao final da execução, deverão ser realizadas conferências e registros que permitam o aceite pela fiscalização.

3.9. Elementos complementares, acessos, áreas externas e acabamento da edificação

A intervenção deverá contemplar os elementos construtivos e complementares previstos nos anexos, incluindo acessos, áreas externas, acabamentos, instalações, dispositivos de segurança, sinalização e demais componentes necessários à qualificação da infraestrutura educacional local. A implantação desses elementos deverá respeitar o projeto aprovado, as condições existentes, a segurança dos usuários e a integração funcional do conjunto.

Os elementos de apoio à circulação, acessibilidade e segurança deverão ser executados com adequada fixação, estabilidade, resistência, acabamento e localização, garantindo uso seguro e compatível com a finalidade pública da obra. Acabamentos, instalações, acessos, sinalização e demais componentes deverão atender às especificações técnicas e permitir conservação futura pela Administração.

A execução deverá considerar a proteção das áreas adjacentes, a recomposição de áreas eventualmente afetadas pela obra, a organização dos acessos e a manutenção da funcionalidade local. Sempre que tecnicamente possível, deverão ser preservados os elementos existentes em condições adequadas, com recomposição das áreas afetadas conforme o projeto e as orientações da fiscalização.

3.10. Acabamentos, sinalização, limpeza, desmobilização e entrega final



A fase final da solução compreenderá acabamentos, sinalização final, limpeza geral, retirada de resíduos, correção de pendências, desmobilização do canteiro, organização das áreas e preparação para recebimento provisório e definitivo. A obra somente deverá ser considerada concluída quando todas as frentes executivas estiverem compatíveis com o projeto, limpas, seguras, acessíveis, funcionais e devidamente documentadas.

Eventuais inconformidades de acabamento, falhas de execução, desníveis, irregularidades nos pisos, revestimentos, instalações ou áreas externas, falhas de drenagem pluvial, sinalização inadequada, resíduos remanescentes, ausência de registros ou divergências de medição deverão ser corrigidas antes do recebimento definitivo, sem prejuízo da possibilidade de glosa, retenção de pagamento ou responsabilização contratual quando cabível.

A entrega deverá ser acompanhada de registros fotográficos finais, relatório de execução, boletins de medição, comprovantes de destinação de resíduos, ART/RRT pertinente, documentos de garantia quando aplicáveis, documentação de controle tecnológico quando exigível e demais elementos necessários à instrução da prestação de contas do Termo de Compromisso nº 202002960-1.

3.11. Integração técnica, regime de medição e prestação de contas

Embora a obra deva ser executada de forma integrada, preservando a unidade funcional dos serviços remanescentes, o controle da execução deverá ocorrer por etapas, serviços e quantitativos efetivamente realizados, conforme a planilha orçamentária e a memória de cálculo. Essa sistemática é especialmente adequada para obras de edificação remanescente, pois permite compatibilizar o planejamento aprovado com a realidade encontrada durante a execução, remunerando apenas o serviço executado, aceito e comprovado.

As medições deverão observar o regime de empreitada por preço unitário, com controle físico-financeiro vinculado à evolução real da obra, aos itens e preços unitários da planilha, à aprovação da fiscalização e à comprovação documental. Tal diretriz fortalece a rastreabilidade da execução, permite glosa de serviços não realizados ou desconformes e facilita a correlação entre orçamento, execução física, desembolso e prestação de contas.

Por se tratar de obra vinculada a recursos federais, a documentação de execução deverá permitir comprovação objetiva perante o FNDE e/ou órgão responsável pelo acompanhamento, especialmente quanto ao cumprimento do objeto pactuado, à aderência ao projeto aprovado, à regularidade das medições, à execução dos serviços previstos, à compatibilidade dos pagamentos e ao recebimento final da obra.

As medições deverão observar a evolução físico-financeira prevista no cronograma aprovado, não sendo admitida a antecipação de pagamentos ou medições incompatíveis com o estágio real de execução das etapas previstas.

3.12. Resultados esperados da solução

Com a execução integral da solução, espera-se a conclusão funcional da Creche Pré-Escola Tipo 1, a ampliação das condições de atendimento educacional, acessibilidade, segurança, salubridade e conforto, a preservação do investimento público já realizado, a entrega de ambientes adequados às crianças e servidores e a disponibilização de infraestrutura educacional apta ao funcionamento regular.



A conclusão da obra deverá reduzir riscos decorrentes da paralisação, evitar deterioração dos serviços já executados, qualificar os ambientes internos e externos, permitir o uso seguro da edificação, atender às exigências do projeto padrão FNDE e contribuir para o fortalecimento da rede pública municipal de educação infantil.

Também se espera que a execução planejada e documentada reduza riscos de questionamentos na prestação de contas do Termo de Compromisso nº 202002960-1, assegurando maior transparência, controle, rastreabilidade e compatibilidade entre os recursos aplicados e o objeto efetivamente entregue à população.

3.13. Considerações sobre o ciclo de vida do objeto

O ciclo de vida da solução inicia-se com o planejamento executivo, análise dos projetos, mobilização, instalação do canteiro e organização das frentes de serviço; prossegue com diagnóstico do executado, serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, sistemas de segurança, acessibilidade, áreas externas e limpeza final; e encerra-se com a documentação final, recebimento provisório, correção de pendências, recebimento definitivo e início da fase de uso e manutenção pela Administração.

A durabilidade da obra dependerá da qualidade dos materiais, da correta execução, do controle técnico e tecnológico, da compatibilidade entre as frentes de serviço e da observância às condições de uso e manutenção posterior. Por isso, a solução deverá produzir uma entrega tecnicamente consistente, com registros suficientes para subsidiar futuras ações de conservação, manutenção preventiva e gestão da infraestrutura educacional.

A Administração deverá acompanhar a execução de forma contínua, assegurando que a obra mantenha o padrão de qualidade definido nos anexos, que eventuais alterações sejam formalmente justificadas e autorizadas, e que o resultado corresponda à finalidade pública do Termo de Compromisso nº 202002960-1, qual seja, a conclusão da construção da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, no Bairro Oseas Castro.

3.14. Síntese de controle da solução

Controle necessário	Finalidade	Momento de verificação
Projeto e anexos atualizados no canteiro	Evitar execução em desacordo com as peças aprovadas e com os serviços remanescentes.	Antes e durante toda a execução.
Diário de obra e registros fotográficos	Comprovar evolução física, ocorrências, compatibilização com o executado e etapas concluídas.	Diariamente ou por frente de serviço.
Medições por item da planilha	Vincular pagamento ao quantitativo efetivamente executado e aceito pela fiscalização.	A cada medição aprovada.
Controle de resíduos e limpeza	Assegurar sustentabilidade, segurança e organização do canteiro.	Durante recomposições, instalações, acabamentos, execução e encerramento.
Controle de qualidade e conformidade técnica	Comprovar regularidade de materiais, instalações, acabamentos, acessibilidade, segurança e serviços executados.	Durante cada frente de serviço e antes do recebimento.
Relatório final e documentos de recebimento	Subsidiar a prestação de contas, o aceite, o encerramento contratual e a garantia dos serviços.	Na conclusão da obra.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. A contratada deverá providenciar previamente todas as licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes, sejam eles estaduais ou municipais, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 237/1997 e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Caso a intervenção alcance áreas sensíveis, como espaços arborizados, áreas verdes urbanas, equipamentos públicos existentes ou eventuais Áreas de Preservação Permanente, será obrigatória a apresentação dos documentos ambientais correspondentes, assegurando a plena regularidade da obra.

4.1.2. Os serviços deverão observar os princípios e diretrizes previstos na Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, adotando medidas de prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de conclusão da unidade educacional e das áreas externas.

4.1.3. A contratada deverá adotar práticas e tecnologias que reduzam o consumo de água e energia durante a execução dos serviços, priorizando métodos construtivos mais eficientes e sustentáveis que contribuam para o uso racional dos recursos naturais.

4.1.4. Sempre que tecnicamente possível e sem prejuízo à qualidade, segurança e durabilidade dos serviços, deverá ser dada preferência ao uso de materiais com menor impacto ambiental, incluindo insumos reciclados, recicláveis ou de menor pegada ecológica, especialmente em serviços de drenagem pluvial, sinalização, serviços complementares, dispositivos complementares e organização da frente de obra.

4.1.5. Para favorecer o desenvolvimento local e reduzir impactos logísticos, recomenda-se a utilização de mão de obra residente em Vitorino Freire/MA ou região próxima, sem qualquer caráter restritivo ou obrigatório, não constituindo requisito de habilitação, julgamento ou execução, nos termos dos princípios da isonomia e da livre concorrência.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Nesta contratação não haverá exigência de indicação de marcas específicas para os materiais, insumos ou equipamentos a serem empregados na execução dos serviços. A escolha das marcas e fabricantes ficará a critério da empresa contratada, desde que os produtos utilizados sejam de qualidade comprovada, pertencentes a linhas reconhecidas no mercado e plenamente compatíveis com as especificações técnicas do objeto. Os materiais deverão atender integralmente aos padrões de desempenho, durabilidade, segurança e qualidade definidos no Projeto Básico e nas normas técnicas aplicáveis, assegurando a adequada execução das etapas de serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações prediais, acessibilidade, sistemas de segurança, serviços complementares e acabamento final previstos.

4.3. Amostra

4.3.1. Não haverá necessidade de apresentação de amostra.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1. Não será exigida na presente contratação

4.5. Subcontratação

4.5.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente quanto a parcelas acessórias, complementares ou especializadas, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo da obra.

4.5.2. Fica vedada a subcontratação total do objeto, bem como a transferência de execução das parcelas utilizadas para comprovação da qualificação técnica da contratada. A subcontratação não



afastará a responsabilidade integral da contratada principal pela execução, qualidade, prazos, garantias, correções, encargos legais, segurança da obra, medições e demais obrigações assumidas no contrato.

4.5.3. A autorização da subcontratação deverá ser formal e condicionada à indicação da empresa subcontratada, à descrição da parcela a ser executada e à comprovação de que a medida não comprometerá a fiscalização, a rastreabilidade da execução, a unidade técnica da obra e a adequada aplicação dos recursos públicos.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96, 97 e 98 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.2. A Garantia será no percentual de 5% do valor do contrato,

4.6.3. A garantia nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021 deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis contados da data inicial da vigência do contrato, excepcionada a hipótese de escolha da modalidade Seguro-Garantia, que deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato, como condição para sua celebração.

4.6.4. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato.

4.6.5. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá efetuar o depósito em conta específica e com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

4.6.6. É obrigação da CONTRATADA fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

4.6.7. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/re pactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/re pactuações realizados mediante apostila ao contrato.

4.6.8. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

4.6.8.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo CONTRATANTE, do valor apurado ou fixado conforme cláusulas pertinentes deste contrato.

4.6.8.2. Cobertura de prejuízos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo.

4.6.8.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

4.6.8.4. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei nº 10.406/2002).

4.6.9. A garantia poderá ser executada sempre que constatado inadimplemento das obrigações contratuais, execução em desacordo com o projeto, não correção de falhas apontadas pela fiscalização, atraso injustificado, falhas nos serviços executados, drenagem pluvial, instalações prediais ou sinalização, ou quaisquer prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

4.6.10. A garantia contratual deverá assegurar cobertura para riscos decorrentes de execução inadequada dos serviços, falhas técnicas, não correção de inconformidades e descumprimento de prazos, conforme previsto no item 3.15 deste Termo de Referência.

4.6.11. No caso de penalidade imposta pelo CONTRATANTE, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo CONTRATANTE, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da CONTRATADA.



- 4.6.12. Sancionada a CONTRATADA, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, o correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.
- 4.6.13. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados no item 4.7.8 deste termo, obriga-se a CONTRATADA a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo CONTRATANTE.
- 4.6.14. Em caso de alteração do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.
- 4.6.15. Expirada a vigência do Contrato, não havendo pendências contratuais ou quanto à sua execução, após emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 10(dez) dias úteis para a solicitação da devolução da garantia prestada quando da assinatura da avença.
- 4.6.16. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.7.8, observada a legislação que rege a matéria.
- 4.6.17. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 4.6.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.6.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.6.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 4.6.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.6.23. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 4.6.24. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022
- 4.6.25. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 4.6.26. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.6.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.6.28. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



4.6.29. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste Termo de Referência.

4.7. Da garantia técnica da obra e da responsabilidade pós-recebimento

4.7.1. A garantia contratual prevista neste Termo de Referência, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas durante a execução do contrato, não se confunde com a garantia técnica da obra, que corresponde à responsabilidade posterior da contratada pela qualidade, solidez, segurança, durabilidade, funcionalidade e conformidade técnica dos serviços executados.

4.7.2. A garantia técnica da obra terá prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por falhas, vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades identificadas antes do recebimento definitivo, especialmente durante vistorias, medições, recebimento provisório ou análise final da fiscalização.

4.7.3. Durante o prazo de garantia técnica, a contratada responderá objetivamente pela solidez e segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da edificação escolar, devendo reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços, materiais, equipamentos ou elementos que apresentem vício, defeito, incorreção ou desconformidade decorrente de execução inadequada, emprego de material incompatível, descumprimento das especificações técnicas ou falha de compatibilização com o projeto aprovado.

4.7.4. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se vícios aparentes aqueles identificáveis por vistoria ordinária, conferência visual, medição, teste de funcionamento, relatório fotográfico ou análise técnica realizada durante a execução, no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo da obra.

4.7.5. Os vícios aparentes deverão ser registrados pela fiscalização em relatório técnico, termo de vistoria, boletim de medição, termo de recebimento provisório, registro fotográfico ou notificação formal, com indicação objetiva da desconformidade verificada, do local afetado, do item do projeto ou da planilha correspondente e do prazo fixado para correção.

4.7.6. Identificado vício aparente, a contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, plano de correção ou manifestação técnica, devendo executar as correções no prazo fixado pela fiscalização, observada a complexidade do serviço, a urgência da medida e a necessidade de resguardar a segurança dos usuários.

4.7.7. Nos casos de risco à segurança dos usuários, instabilidade, risco de acidente, falha elétrica ou hidrossanitária, rompimento, infiltração, desprendimento de material, exposição de elementos perigosos ou comprometimento de circulação, a contratada deverá adotar medidas emergenciais de isolamento, sinalização, contenção ou correção inicial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da correção definitiva no prazo determinado pela fiscalização.

4.7.8. Consideram-se vícios ocultos aqueles não identificáveis por vistoria ordinária no momento do recebimento provisório ou definitivo, mas constatados posteriormente durante o uso normal da obra, tais como falhas de funcionamento, defeitos de instalação, problemas de acabamento, deterioração precoce, fissuras, recalques, falhas de aderência, falhas em pisos, guias, equipamentos, instalações, drenagem pluvial e instalações prediais, iluminação ou demais elementos executados.

4.7.9. Constatado vício oculto após o recebimento definitivo, a Administração deverá instaurar procedimento de acionamento da garantia técnica, contendo, no mínimo: registro da ocorrência, relatório técnico da fiscalização, registros fotográficos, indicação do local afetado, descrição do vício, possível relação com os serviços executados, notificação formal da contratada e prazo para manifestação ou correção.

4.7.10. A contratada deverá se manifestar sobre vício oculto no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, podendo apresentar justificativa técnica, propor plano de correção ou requerer vistoria conjunta. A ausência de manifestação no prazo fixado será interpretada



como recusa injustificada de atendimento, autorizando a Administração a adotar as providências cabíveis.

4.7.11. Confirmado que o vício, defeito, falha ou desconformidade decorre de execução inadequada, material incompatível, falha de instalação, descumprimento das especificações técnicas ou inobservância das normas aplicáveis, a contratada deverá promover a correção, reparação, reconstrução ou substituição necessária, sem ônus adicional para a Administração.

4.7.12. A responsabilidade da contratada não abrangerá danos comprovadamente decorrentes de caso fortuito, força maior, vandalismo, uso indevido, intervenção de terceiros não autorizada pela Administração ou desgaste natural ordinário incompatível com vício de execução, desde que tais circunstâncias sejam demonstradas por relatório técnico e aceitas pela fiscalização.

4.7.13. A conclusão das correções realizadas em garantia técnica deverá ser comprovada por relatório da contratada, registros fotográficos, verificação da fiscalização e termo de aceite da correção, sem prejuízo da reabertura do procedimento caso o mesmo vício volte a se manifestar.

4.7.14. O recebimento provisório ou definitivo da obra não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança, funcionalidade e perfeita execução dos serviços, nos limites da legislação aplicável, do contrato, do projeto básico, das especificações técnicas e das normas técnicas pertinentes. A Lei nº 14.133/2021 prevê que o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, e que, em obras, o recebimento definitivo não afasta, pelo prazo mínimo de cinco anos, a responsabilidade objetiva da contratada pela solidez, segurança dos materiais e serviços e funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel.

4.7.15. O descumprimento injustificado das obrigações de garantia técnica poderá ensejar notificação formal, aplicação de sanções administrativas, execução da garantia contratual ainda vigente, retenção de valores eventualmente devidos, contratação de terceiro para correção com posterior ressarcimento pela contratada e demais medidas administrativas ou judiciais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.7.16. Para fins de controle da garantia técnica, a Administração deverá manter nos autos o Termo de Recebimento Definitivo, relatório fotográfico final, medições finais, registros de eventuais vícios apontados, notificações, manifestações da contratada, relatórios técnicos, termos de aceite das correções e demais documentos necessários à rastreabilidade da execução e da prestação de contas.

4.8. Vistoria

4.8.1. Não há obrigatoriedade de realização de visita para a contratação, embora o conhecimento prévio das condições locais seja fundamental para uma melhor formulação dos preços e execução adequada do contrato, uma vez que a realidade local deve ser considerada para garantir a eficiência dos serviços contratados.

4.8.2. Não há obrigatoriedade de realização de visita para a contratação, embora o conhecimento prévio das condições locais seja fundamental para melhor formulação dos preços e execução adequada do contrato, uma vez que a realidade da edificação parcialmente executada, dos acessos, das interferências, das áreas de apoio, da logística de materiais e das condições de drenagem pluvial deve ser considerada para garantir a eficiência dos serviços contratados.

4.8.3. A obra localiza-se no Município de Vitorino Freire/MA, no Bairro Oseas Castro, devendo a contratada considerar as condições locais de acesso ao canteiro, transporte de materiais, proteção das áreas adjacentes, guarda de equipamentos, organização de frentes de serviço e demais peculiaridades que possam influenciar a execução dos serviços remanescentes.

4.8.4. A logística de execução deverá considerar a disponibilidade regional de insumos, equipamentos e mão de obra, bem como as condições de acesso ao local da obra, a necessidade de preservar a segurança do entorno e a continuidade das atividades urbanas próximas. Tais fatores deverão ser



considerados na composição dos preços e no planejamento executivo da contratada, sem justificar acréscimos indevidos após a contratação.

4.9. Dos benefícios a ME/EPP

4.10. A presente licitação será realizada na forma de ampla concorrência, considerando que o valor estimado da contratação é compatível com obra de engenharia vinculada ao Termo de Compromisso nº 202002960-1/FNDE e supera o limite legal previsto para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, serão preservados os benefícios legais assegurados às ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao empate ficto, à regularização fiscal e trabalhista diferida e demais prerrogativas aplicáveis, desde que atendidos os requisitos legais.

5.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias, a contar da assinatura da Ordem de Serviço.

5.2. Antes da emissão da Ordem de Serviços, o Município poderá convocar a contratada para reunião presencial no município para conhecimento da situação atual da edificação e das áreas a serem concluídas, apresentação da fiscalização, alinhamento do cronograma, logística de insumos, sinalização provisória, acessos, condições ambientais, controle de qualidade e demais assuntos pertinentes à execução e gestão do contrato.

5.3. A contratada será responsável por obter todas as autorizações necessárias ao início dos serviços, incluindo licença ambiental ou respectiva dispensa, autorização para instalação e funcionamento do canteiro de obras, autorizações específicas relacionadas à intervenção em vias públicas, quando exigíveis, e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução junto ao CREA. Todos esses documentos deverão ser apresentados no mesmo prazo estabelecido no item 5.1 deste Termo de Referência, garantindo que a obra de engenharia para conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE seja iniciada em conformidade com a legislação aplicável e com as exigências técnicas e administrativas previstas.

5.4. Caso haja atraso devidamente comprovado pelos órgãos responsáveis pela emissão das licenças, autorizações ou documentos mencionados anteriormente, o prazo indicado no item 5.1 ficará suspenso até a regularização das pendências, assegurando que a contratada não seja prejudicada por motivos alheios à sua atuação, especialmente no que se refere à execução dos serviços de conclusão da unidade educacional previstos neste Termo de Referência.

5.5. A contratada será também responsável por obter, junto ao órgão competente, o documento equivalente ao termo de conclusão da obra, atestado de conformidade, certidão ou outro instrumento aplicável às obras de conclusão da unidade educacional, quando exigível, devendo apresentá-lo ao final dos serviços para comprovar que todas as etapas foram executadas em conformidade com as normas técnicas, urbanísticas, ambientais e exigências legais pertinentes.

5.6. O Município não fornecerá área para instalação do canteiro de obras, nem disponibilizará água ou energia elétrica, devendo o licitante declarar que possui condições de prover a infraestrutura necessária ao pleno funcionamento das atividades.

5.7. Caso haja atraso devidamente comprovado pelos órgãos responsáveis pela emissão das licenças, autorizações ou documentos mencionados anteriormente, o prazo indicado no item 5.1 ficará suspenso até a regularização das pendências, assegurando que a contratada não seja prejudicada por motivos alheios à sua



atuação, especialmente no que se refere à execução dos serviços de conclusão da unidade educacional e das áreas externas previstos neste Termo de Referência.

5.8. A contratada será também responsável por obter, junto ao órgão competente, o Termo de Conclusão de Obra, atestado de conformidade ou documento equivalente aplicável às obras de conclusão da construção da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, devendo apresentá-lo ao final dos serviços para comprovar que todas as etapas foram executadas em conformidade com as normas técnicas, urbanísticas e exigências legais pertinentes.

5.9. O Município não fornecerá área para instalação do canteiro de obras, nem disponibilizará água ou energia elétrica, devendo o licitante declarar que possui condições de prover a infraestrutura necessária ao pleno funcionamento das atividades.

5.10. Durante 05 anos após o recebimento definitivo dos serviços, a contratada responderá pela qualidade e segurança da obra, realizando todas as correções necessárias em razão de vícios, imperfeições, falhas de execução, defeitos nos pisos, revestimentos, instalações, sistemas construtivos, drenagem pluvial, sinalização, acessibilidade ou acabamento, independentemente de pagamento adicional por parte da Administração.

5.11. A contratada deverá manter equipe técnica e operacional qualificada e em quantidade suficiente para atender ao cronograma dos serviços, garantindo produtividade, segurança e qualidade na execução.

5.12. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os trabalhadores da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação de pessoalidade ou subordinação direta;

5.13. Os salários, encargos, seguros e demais despesas trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução dos serviços correrão integralmente por conta da contratada.

5.14. A contratada deverá reparar, corrigir, substituir ou reconstruir, às suas expensas, qualquer parte dos serviços que apresentar vícios, defeitos ou imperfeições provenientes de má execução ou de uso de materiais inadequados. Nessas hipóteses, a fiscalização poderá reter a última medição até que todas as pendências sejam sanadas.

5.15. Não serão considerados para fins de pagamento serviços que impliquem ônus adicional à Administração e que não tenham sido previamente autorizados e aprovados pela fiscalização;

5.16. Após a emissão do termo circunstanciado de recebimento para fins de medição, o fiscal comunicará à contratada para emissão da Nota Fiscal ou fatura, a qual deverá refletir o valor aferido e ratificado pela fiscalização;

5.17. O gestor do contrato analisará os relatórios e documentos apresentados pela fiscalização e, caso identifique irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, indicará as cláusulas pertinentes e solicitará formalmente as correções necessárias à contratada;

5.18. Havendo pendências que não tenham sido solucionadas no prazo de 10 dias após o recebimento provisório, a contratada deverá apresentar justificativa formal, permitindo que a Administração estabeleça novo prazo para conclusão das correções e posterior emissão do Termo de Recebimento Definitivo;



- 5.19.** O recebimento definitivo não exime a contratada das garantias legais e contratuais assumidas, permanecendo responsável por eventuais vícios, defeitos ou danos, conforme previsto no Código Civil;
- 5.20.** Os serviços poderão ser recusados total ou parcialmente quando executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou da proposta vencedora, devendo ser refeitos ou substituídos no prazo estipulado pela fiscalização e às custas da contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.21.** Durante 05 anos após o recebimento definitivo dos serviços, a contratada responderá pela qualidade e segurança da obra, realizando todas as correções necessárias em razão de vícios, imperfeições, falhas de execução, defeitos nos pisos, revestimentos, instalações, sistemas construtivos, drenagem pluvial, sinalização, acessibilidade ou acabamento, independentemente de pagamento adicional por parte da Administração.
- 5.22.** A contratada deverá possuir, sem ônus para a Administração, todos os equipamentos, ferramentas, materiais, instrumentos de medição e demais itens indispensáveis para execução dos serviços, responsabilizando-se também por transporte, armazenamento e guarda, ainda que os equipamentos permaneçam temporariamente em área indicada pela contratante.
- 5.23.** Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação, higiene e segurança, compatíveis com as especificações técnicas, sendo obrigação da contratada realizar substituições, reparos ou manutenções sempre que necessário, incluindo equipamentos para serviços em altura ou transporte de materiais.
- 5.24.** Será responsabilidade da contratada remover e transportar corretamente todos os resíduos, entulhos e materiais excedentes, observando as normas e diretrizes dos órgãos municipais competentes e garantindo destinação ambiental adequada.
- 5.25.** Todos os materiais utilizados deverão ser novos e atender rigorosamente às especificações técnicas, normas da ABNT e recomendações dos fabricantes, devendo possuir garantia mínima e comprovação de procedência sempre que solicitado;
- 5.26.** As normas de segurança previstas neste Termo de Referência não afastam o cumprimento das demais exigências legais federais, estaduais e municipais, sendo de inteira responsabilidade da contratada quaisquer danos, processos ou reclamações decorrentes de negligência ou uso inadequado de materiais e técnicas.
- 5.27.** A contratada deverá organizar os serviços de modo a causar a menor interferência possível na circulação de pedestres, veículos, moradores, transporte escolar, veículos de serviço público, vias de acesso e áreas de circulação próximas à execução.
- 5.28.** O transporte de cargas especiais deverá ser executado sem causar danos às vias públicas, utilizando veículos adequados e trajetos compatíveis, preservando a integridade da infraestrutura urbana.
- 5.29.** Caso suas operações provoquem danos em áreas não incluídas no escopo dos serviços, a contratada deverá recuperá-las, restabelecendo-as ao estado original.
- 5.30.** Não será permitido transferir qualquer responsabilidade contratual para terceiros, fabricantes, representantes ou intermediários, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo objeto.



5.31. Todas as solicitações da Administração deverão ser atendidas dentro dos prazos estabelecidos e com prioridade compatível com a relevância dos serviços.

5.32. O prazo para resposta a solicitações da Administração será de até 48 horas, salvo quando houver prazo superior expressamente indicado.

5.33. Todos os materiais, equipamentos e acessórios utilizados deverão ser fornecidos pela contratada, devidamente aprovados pela fiscalização e em conformidade com normas técnicas, especificações e padrões aplicáveis, devendo ser apresentadas amostras e informações complementares sempre que exigido.

5.34. Materiais rejeitados pela fiscalização deverão ser removidos imediatamente do local dos serviços.

5.35. O prazo de garantia dos serviços observará o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, e será iniciado, imediatamente após o recebimento definitivo da obra.

5.36. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou reconstruir, às suas expensas, qualquer parte do serviço que apresente vícios ou incorreções, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

5.37. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo afastada essa responsabilidade pela fiscalização da obra, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Orientações Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. As mensagens eletrônicas de que trata o item anterior serão encaminhadas para o e-mail da futura contratada informado na Carta Proposta, sendo consideradas como recebidas um dia após o momento do envio, ficando a cargo da mesma o monitoramento de suas caixas de mensagens, bem como a comunicação formal de possível mudança.

6.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalizados mediante processo específico, instruído com documentação comprobatória, análise técnica e decisão motivada da autoridade competente, vedada a concessão automática ou sem demonstração efetiva da alteração dos custos.

6.2. Fiscalização do Contrato



6.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da obra de engenharia para conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, especialmente quanto à aderência ao Projeto Básico, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, controle de qualidade dos materiais, execução das etapas, segurança dos usuários, registros de obra, medições e prestação de contas, sendo exercidos por representante(s) da Administração, designado(s) na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2. O representante da Administração deverá possuir conhecimento compatível com o acompanhamento da execução contratual, especialmente quanto à verificação de serviços de terraplenagem, compatibilização dos serviços remanescentes, conclusão da obra, drenagem pluvial e instalações prediais, acabamentos, instalações e serviços complementares, sinalização, controle de materiais, medições e documentação técnica da obra.

6.2.3. A fiscalização será realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, considerando a efetiva execução dos serviços de engenharia, a conformidade com o projeto, a regularidade dos materiais empregados, os registros de execução, as ocorrências verificadas, a segurança das frentes de trabalho e o atendimento ao cronograma físico-financeiro.

6.2.4. A fiscalização deverá verificar a compatibilidade entre a execução dos serviços e os quantitativos contratados, especialmente quanto aos serviços efetivamente executados em cada frente de obra, podendo comunicar à autoridade competente eventual necessidade de adequação contratual, observados os limites legais.

6.2.5. A conformidade da execução deverá considerar, entre outros aspectos: atendimento ao projeto; compatibilização do executado e preparação das frentes remanescentes; aplicação adequada do acabamento e conclusão dos sistemas construtivos; funcionamento da drenagem pluvial e instalações prediais; conformidade de acabamentos, instalações e serviços complementares; sinalização; acabamento; limpeza final; segurança dos usuários; documentação técnica; e aderência ao cronograma físico-financeiro.

6.2.6. Durante a execução do contrato, o fiscal deverá monitorar continuamente a qualidade dos serviços de engenharia, devendo registrar ocorrências e requerer à CONTRATADA a correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados.

6.2.7. O fiscal deverá apresentar à CONTRATADA as ocorrências registradas e as avaliações relativas à execução do objeto, podendo solicitar providências corretivas no prazo estabelecido.

6.2.8. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA realize o controle ou validação da execução contratual sem a devida fiscalização da Administração.

6.2.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para eventuais falhas, atrasos, inconformidades ou impedimentos de execução, as quais serão analisadas pela fiscalização, podendo ser aceitas quando devidamente comprovadas.

6.2.10. Na hipótese de descumprimento reiterado das condições contratuais, especialmente quanto a atraso injustificado, execução em desacordo com o projeto, uso de materiais inadequados, ausência de responsável técnico, não correção de falhas ou inadequação da execução, deverão ser aplicadas as sanções previstas no contrato e na legislação.

6.2.11. O fiscal poderá solicitar, sempre que necessário, documentos comprobatórios relacionados à execução contratual, incluindo diário de obra, registros fotográficos, ART/RRT, notas ou certificados de materiais, ensaios ou controles tecnológicos quando exigíveis, comprovantes de destinação de resíduos, boletins de medição e relatórios técnicos.

6.3. Gestor do Contrato

6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do



contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os serviços deverão ser medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, com base nos quantitativos efetivamente executados, nos serviços aceitos pela fiscalização e na evolução prevista no cronograma aprovado.

7.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento da medição, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.1.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.1.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



- 7.1.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.1.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.1.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.1.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.1.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.1.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.1.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 7.1.17. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.1.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.1.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.1.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.1.22. No recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação



7.2.1. Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente acompanhado dos relatórios e produtos exigidos, a Administração terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para verificar a conformidade dos documentos com o contrato e autorizar a liquidação da despesa.

7.2.2. A nota fiscal deverá conter as informações básicas que permitam sua conferência, tais como: dados do contrato, valor a ser pago, período de execução dos serviços e identificação do contratante e da contratada.

7.2.3. Se forem identificados erros, omissões ou documentos incompletos, o prazo de liquidação será interrompido, e a contratada será notificada para realizar as correções necessárias. O prazo será reiniciado após a regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

7.2.4. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal da contratada e à confirmação de que os serviços foram executados conforme previsto no contrato e atestados pelo fiscal designado.

7.2.5. Caso sejam identificadas pendências ou irregularidades que impeçam a liquidação, a Administração poderá reter o pagamento até a resolução da situação, podendo adotar medidas administrativas adicionais, se necessário.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior,

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$I = (TX/100)$, assim apurado: $I = (6/100)$ $I = 0,00016438$
365 365

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. A primeira fatura dos serviços só será paga com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra junto ao CREA-MA.

7.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.4.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.0. CESSÃO DE CRÉDITO

8.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, a exemplo daqueles de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

9.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência na sua forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global.

9.2. Conforme o Estudo Técnico Preliminar o Critério de julgamento foi estipulado considerando o seguinte:

9.2.1. A contratação será estruturada sob o regime de execução por empreitada por preço unitário, considerando que a obra possui projeto definido, planilha orçamentária com quantitativos e preços unitários, cronograma físico-financeiro e etapas interdependentes, sem prejuízo da análise das propostas pelo critério de menor preço global, de forma a preservar a unidade funcional da intervenção.

9.2.2. Embora a obra compreenda diferentes frentes de serviço, como serviços preliminares, fundações e superestrutura remanescentes, vedações, esquadrias, cobertura, revestimentos, pisos, pinturas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, instalações elétricas, SPDA, combate a incêndio, gás, climatização, rede estruturada, exaustão, serviços complementares e limpeza final, todas integram uma mesma finalidade administrativa: a conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1 em condições plenas de funcionamento. Por essa razão, a execução por um único fornecedor favorece a unidade técnica, a padronização dos serviços e a adequada compatibilização entre as etapas.

9.2.3. A adoção do regime por preço unitário permite que a remuneração observe os preços unitários ofertados e as quantidades efetivamente executadas, medidas e aceitas pela fiscalização, mantendo a correlação entre execução física, boletins de medição, registros fotográficos e pagamentos.

9.2.4. O parcelamento do objeto não se mostra recomendável, pois poderia gerar dificuldades de coordenação, divergência de padrões de acabamento, incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, retrabalho, atrasos e maior complexidade na fiscalização, especialmente em razão da integração necessária entre estrutura, vedações, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, instalações prediais, acessibilidade, segurança, áreas externas e acabamento final.

9.2.5. A seleção pelo menor preço global facilita a análise comparativa das propostas em bases uniformes, preservando o julgamento do valor total da solução e a responsabilidade da contratada pela execução integrada, sem impedir o controle por itens da planilha, etapas, medições e aceites técnicos.

9.2.6. Assim, a combinação entre empreitada por preço unitário e julgamento pelo menor preço global mostra-se adequada ao interesse público, por assegurar competitividade, controle de quantitativos efetivamente executados, unidade técnica da solução, melhor fiscalização e maior eficiência na conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

9.3. Garantia da Proposta



- 9.3.1. Será exigida garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.
- 9.3.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:
- 9.3.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
 - 9.3.2.2. seguro-garantia;
 - 9.3.2.3. fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.
 - 9.3.2.4. A garantia deverá possuir validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública.
- 9.3.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou após a revogação/anulação do certame.
- 9.3.4. A garantia poderá ser executada quando o licitante vencedor:
- 9.3.4.1. deixar de assinar o contrato sem justificativa aceita pela Administração;
 - 9.3.4.2. deixar de apresentar a documentação exigida para contratação;
 - 9.3.4.3. não mantiver a proposta apresentada;
 - 9.3.4.4. praticar atos lesivos à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.
- 9.3.5. A não apresentação da garantia de proposta, quando exigida, implicará desclassificação da proposta.
- 9.3.6. a modalidade caução em dinheiro deverá ser realizada na conta bancária específica, tendo como beneficiário a Prefeitura Municipal de Vitorino Freire – MA.

9.4. Habilitação

- 9.4.1. Os documentos para fins de Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, serão aqueles comumente exigidos na Lei 14.133/2021, conforme descrito no edital.
- 9.4.2. Para fins da comprovação da Qualificação Econômico-Financeira será exigida a comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), a serem analisados a partir das demonstrações contábeis na forma do edital.
- 9.4.3. Na hipótese se dos índices serem menor que 1 (um) será exigida a comprovação de capital social de 10% do valor orçado pela administração, considerando tratar-se de obra pública de engenharia, com execução de serviços remanescentes de edificação escolar padrão FNDE, mobilização de equipe, aquisição de materiais, cumprimento de cronograma físico-financeiro, responsabilidade técnica, medições sucessivas e necessidade de manutenção da capacidade operacional durante toda a execução contratual.
- 9.4.4. Assim, quando os índices contábeis demonstrarem situação econômico-financeira menos robusta, a exigência complementar de capital social mínimo busca reduzir o risco de inadimplemento, paralisação da obra, atrasos, insuficiência de recursos próprios para mobilização e comprometimento da adequada execução contratual.
- 9.4.5. A exigência não será aplicada indistintamente a todas as licitantes, mas somente àquelas que apresentarem índices iguais ou inferiores a 1,00, preservando a competitividade do certame e assegurando tratamento proporcional, objetivo e compatível com os riscos da contratação.
- 9.4.6. A empresa deve ainda apresentar os demais documentos exigidos no edital.
- 9.4.7. Quanto a Qualificação Técnica a empresa deverá apresentar:
- 9.4.7.1. Registro ou inscrição da licitante no CREA e/ou CAU, conforme a natureza das atividades previstas no Projeto Básico, em plena validade, demonstrando aptidão para execução dos serviços contratados;



9.4.7.2. Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, comprovando a execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação.

9.4.7.3. Indicação formal dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, devendo haver, no mínimo, um Engenheiro Civil detentor de atestado de capacidade técnica, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA/CAU competente, comprovando experiência em obras compatíveis com o objeto e que tenha no mínimo a comprovação da realização dos seguintes serviços compatíveis com o objeto licitado.

9.4.7.4. Declaração formal da empresa de que disporá, à época da contratação, das instalações, aparelhamentos e equipe técnica necessários à execução do contrato.

9.4.7.5. Declaração emitida pelo Município, ou por profissional designado, atestando que ao menos um dos responsáveis técnicos da empresa, seu representante legal ou profissional por ela indicado, realizou visita técnica ao local dos serviços e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da execução.

9.4.7.6. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.4.8. Não serão aceitos atestados genéricos, entendidos como aqueles que não apresentam quantidades, características, prazos ou comprovação do fornecimento ou execução dos serviços.

9.4.9. Para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para qualificação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos constantes de diferentes atestados de capacidade técnica, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com o objeto da contratação, pertinentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas, emitidos na forma da lei e aptos a demonstrar a experiência da licitante em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

9.4.10. A aceitação do somatório de atestados ficará condicionada à análise técnica da Administração, que verificará a pertinência dos serviços comprovados, a compatibilidade dos quantitativos executados e a correlação com as exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital.

9.4.11. As licitantes, quando solicitadas pelo Agente de Contratação, deverão apresentar documentos comprobatórios da veracidade dos atestados, incluindo cópia de contratos, notas fiscais, endereço da contratante e local de execução dos serviços.

9.4.12. Os atestados ou as CATs deverão conter, de forma clara e destacada, informações sobre data de início e término da obra, local de execução, nome da contratante e da contratada, nomes e registros dos responsáveis técnicos, especificações técnicas e quantitativos executados. Não serão aceitos atestados referentes apenas à supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica.

9.4.13. A comprovação da disponibilidade do profissional indicado poderá ocorrer por qualquer meio jurídico idôneo que demonstre o compromisso de atuação na futura execução contratual, admitindo-se, entre outros: contrato social ou estatuto, quando o profissional integrar o quadro societário da licitante; registro em CTPS ou contrato de trabalho; contrato de prestação de serviços; ou declaração de futura contratação/disponibilidade técnica, firmada pela licitante e acompanhada da anuência expressa do profissional indicado.

9.4.14. Não será exigido vínculo empregatício prévio ou integração do profissional ao quadro permanente da licitante como condição exclusiva de habilitação, desde que comprovada a disponibilidade técnica do profissional indicado para atuar na execução do objeto, nos termos deste Termo de Referência.



9.4.15. A licitante vencedora deverá manter o(s) profissional(is) indicado(s) durante a execução contratual, admitida substituição somente por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, mediante justificativa e prévia aprovação da Administração.

9.4.16. Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar a documentação de responsabilidade técnica cabível, incluindo ART/RRT ou documento equivalente, conforme exigência do conselho profissional competente e das normas aplicáveis à execução da obra.

9.4.17. Os profissionais indicados deverão participar efetivamente da execução da obra, sendo permitida substituição somente por profissionais com experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

9.4.18. Quando solicitado, a licitante deverá apresentar documentação complementar que comprove a autenticidade dos atestados e CATs, incluindo contratos, notas fiscais e informações sobre os locais de execução das obras.

9.4.19. A apresentação de atestados referentes a serviços executados mediante subcontratação somente será aceita quando acompanhada de autorização formal para subcontratação emitida pelo órgão contratante à época da execução, bem como cópia do contrato de subcontratação correspondente.

10.0. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. Durante a vigência do contrato admite-se a ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que a empresa resultante atenda integralmente aos requisitos de habilitação exigidos na licitação original e mantenha todas as condições assumidas no contrato. A continuidade da execução somente será autorizada se não houver prejuízo ao objeto pactuado, especialmente no que se refere à execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, e desde que a Administração manifeste sua anuência expressa após análise técnica e jurídica, garantindo segurança, regularidade e preservação do interesse público.

11.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo máximo aceitável para a presente contratação será de R\$ 3.152.415,08 (três milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e oito centavos), valor que servirá como limite para a aceitabilidade das propostas e como parâmetro para a análise de compatibilidade dos preços ofertados com a planilha orçamentária atualizada, elaborada com referência SINAPI com desoneração 03/2026, CPOS 04/2026, ORSE 02/2026, SEINFRA 028, BDI de 27,13% e encargos sociais de 98,31% e 58,66%.

12.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município conforme classificação abaixo:

Instrumento/Fonte:

TERMO DE COMPROMISSO Nº 202002960-1/FNDE

Conveniente:

MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE/MA

Código da Ficha : 125

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dotação : 12.361.0042.1056.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES



Código da Ficha : 126

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dotação : 12.361.0042.1056.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Código da Ficha : 158

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 07 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Dotação : 12.361.0042.1014.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Código da Ficha : 171

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 07 MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Dotação : 12.365.0042.1015.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Código da Ficha : 214

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 FUNDO DE MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB

Dotação : 12.361.0042.1056.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Código da Ficha : 270

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 FUNDO DE MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB

Dotação : 12.365.0042.1019.00004.4.90.51.00

OBRAS E INSTALAÇÕES

13.0. ANEXOS

13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

13.1.1. Anexo I – Memorial Descritivo (Caderno de Especificações Técnicas).

13.1.2. Anexo II – Planilhas Orçamentárias, Estimativas de Custos e Formação de Preços, BDI, Cronograma, Curva ABC, Encargos Sociais e Memorial de Cálculos.

13.1.3. Anexo III – PLANTAS.

Vitorino Freire - MA, 07 de maio de 2026

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

REGY SILVA DE SOUSA
Assessor Administrativo

Aprovo o presente Termo de Referência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITORINO FREIRE

SEMED
Secretaria Municipal
de Educação

Avenida Wilson Branco
nº 42, centro.

FLS. Nº _____
PROC. Nº 34/2026 – SEMED

RUBRICA:

EDINALDO SOUSA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação